

**ILUSTRÍSSIMO SR. PREGOEIRO DA COMPANHIA URBANIZADORA DA
NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP**

PROCESSO Nº: 112.00012617/202090.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 019/2020

**RUSSELL BEDFORD BRASIL AUDITORES
INDEPENDENTES S/S**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº. 13.098.174/0001-80 com sede localizada na Alameda Santos, nº 1165, bairro Jardim Paulista, São Paulo/SP, vem respeitosamente a presença de Vossa Senhoria, com arrimo no item 8.1. do Edital, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** da decisão que declarou vencedora do certame a licitante TATTICA AUDITORES INDEPENDENTES S.S - EPP, pelos fatos e considerações jurídicas que a seguir passa a expor:

Trata-se de licitação regida pela lei 13.303/16, na modalidade pregão eletrônico, tendo por objeto a contratação de empresa para execução de trabalho de Auditoria Externa Independente, por empresa com registro ativo na Comissão de Valores Mobiliários, relativa ao exame das Prestações de Contas Anuais da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil –NOVACAP, referentes aos exercícios sociais a findarem em 31 de dezembro de cada

ano, no período compreendido entre a assinatura do contrato e o dia 30 de abril de 2025; e Prestações de Contas Intermediárias de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro, de cada um desses anos, de acordo com as Leis números 6.404/1976, alterada pelas Leis nº11.638/2007, 11.941/2009 e pela Lei nº 4.320/1964, quando aplicável; com as Normas Brasileiras de Contabilidade -NBC-T's e com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público -NBCASP, bem como outros serviços a serem executados em conexão com os trabalhos de auditoria, conforme mencionados no item 6.1 do Termo de Referência (Anexo I do Edital).

O presente processo encontra-se em fase recursal após a licitante TATTICA AUDITORES INDEPENDENTES S.S - EPP, ter sido declarada a vencedora do certame.

Da tempestividade

Dispõe o edital do pregão em questão, mais precisamente em seu item "8.1", que o prazo para apresentação de recursos é de 03 dias úteis após a declaração de vencedor.

Em análise à ata do pregão, vê-se que a decretação da empresa vitoriosa do certame, ocorreu em 03/07/2020, sendo, portanto, 08/07/2020, o prazo fatal para apresentação das razões recursais.

Senão vejamos:

Histórico da análise das propostas e lances

Data/Hora	26/06/2020 16:16:41:087 - Arrematado
Data/Hora	03/07/2020 15:57:25:506 - Declarado vencedor
Fornecedor	TATICCA AUDITORES INDEPENDENTES S.S. - EPP
Negociado	R\$ 49.999,99

A lei do pregão dispõe no mesmo sentido:

Art. 44. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

§ 1º. As razões do recurso de que trata o **caput** deverão ser apresentadas no **prazo de três dias**. (grifos nossos).

(...)

Requer-se, desde já, portanto, a admissibilidade, a análise e o consequente julgamento do presente recurso, pois perfeitamente tempestivo.

Das razões recursais

Antes de mais nada, nos ateremos ao objeto da licitação em questão, mais precisamente no que se refere à vigência e valores do contrato.

Transcrevemos:

Contratação de empresa para execução de trabalho de Auditoria Externa Independente, por empresa com registro ativo na Comissão de Valores Mobiliários, relativa ao exame das Prestações de Contas Anuais da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, **referentes aos exercícios sociais a findarem em 31 de dezembro de cada ano, no período compreendido entre a assinatura do contrato e o dia 30 de abril de 2025; e Prestações de Contas Intermediárias de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro, de cada um desses anos**, de acordo com as Leis números 6.404/1976, alterada pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e pela Lei nº 4.320/1964, quando aplicável; com as Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC-T's e com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, bem como outros serviços a serem executados em conexão com os trabalhos de auditoria, conforme

mencionados no item 6.1 do Termo de Referência (Anexo I do Edital). (grifamos).

Em leitura ao objeto da licitação, vê-se que a contratação de auditoria externa independente pretendida é para a prestação de serviço durante o período compreendido entre a assinatura do contrato e o dia 25 de abril de 2025), **cerca de 05 anos, portanto.**

No termo de referência do Edital em questão, na parte que trata acerca do desembolso pela administração pública, temos o que segue:

14. DA PREVISÃO DE DESEMBOLSO

A esmava trimestral de desembolso é de R\$ 35.882,96 (Trinta e cinco mil, oitocentos e oitenta e dois reais e noventa e seis centavos). **O preço máximo, para o exercício de 2020, para os serviços a serem executados é de R\$ 143.531,84** (cento e quarenta e três mil, quinhentos e trinta e um reais e oitenta e quatro centavos). (grifos nossos).

Destacamos desde já: não há clareza se as propostas por parte das empresas interessadas deverão ser feitas considerando os valores trimestrais, anuais, ou para todo o período de vigência da contratação.

A leitura conjunta do edital licitatório e de seu termo de referência abre enorme brecha para confusões, desentendimentos e obscuridades.

O objeto afirma que a contratação vigorará no período compreendido entre a assinatura do contrato e o dia 30 de abril de 2025. Após, no termo de referência há menção de pagamento de cerca de 36 mil reais mensais e também cerca de 143 mil reais anuais.

Ora, a empresa interessada na participação do certame não consegue definir se realiza proposta considerando pagamentos trimestrais, anuais ou sobre a totalidade do contrato.

Os valores – trimestrais e anuais – mencionados no termo de referência são exemplificativos e nada definem sobre a forma de apresentação da proposta por parte das empresas licitantes.

É sabido que os procedimentos licitatórios devem respeitar, entre outros, os princípios da legalidade, igualdade e da competitividade.

O presente edital merece ser revisto. Trata-se do instrumento de maior importância no procedimento licitatório. A forma de descrição do objeto e o detalhamento do pagamento no termo de referência atentam e muito contra a competitividade do certame.

Diga-se que a empresa recorrente apresentou proposta considerando o pagamento de R\$ 143.531,84 por exercício fiscal, por isso ofertou R\$ 713.200,00, quantia correspondente aos 5 exercícios de vigência do contrato.

Por outro lado, como se depreende da ata do pregão, a empresa vencedora do certame arrematou os serviços pelo valor de R\$ 49.999,00, ou seja, valor extremamente abaixo do previsto no edital (R\$ 143.531,84) e nada razoável se considerarmos a viabilidade do serviço em questão, vejamos:

Lista de fornecedores

	Participante	Segmento	Situação	Lance	Data/Hora lance
1	METROPOLE SOLUCOES EMPRESARIAIS E GOVERNAMENTAIS E	ME*	Desclassificado	R\$ 49.990,00	25/06/2020 11:13:56:804
2	TATICCA AUDITORES INDEPENDENTES S.S. - EPP	EPP*	Arrematante	R\$ 49.999,99	25/06/2020 11:13:07:638
3	MAZARS AUDITORES INDEPENDENTES - SOCIEDADE SIMPLES	OE*	Classificado	R\$ 53.000,00	25/06/2020 10:48:39:548
4	AUDIMEC AUDITORES INDEPENDENTES S/S	EPP*	Classificado	R\$ 84.989,00	25/06/2020 10:44:03:904
5	LG SANTOS AUDITORES & ASSOCIADOS S/S	EPP*	Classificado	R\$ 85.000,00	25/06/2020 10:33:06:741
6	PRIORI SERVICOS E SOLUCOES CONTABILIDADE EIRELI -	ME*	Classificado	R\$ 94.200,00	25/06/2020 10:43:57:611
7	AUDILINK & CIA. AUDITORES	OE*	Classificado	R\$ 94.300,00	25/06/2020 10:42:02:482
8	EMERSON AUDITORES E CONSULTORES S/S - AUDITORES IN	EPP*	Classificado	R\$ 139.000,00	25/06/2020 10:27:00:176
9	RUSSELL BEDFORD BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES S/S	OE*	Classificado	R\$ 713.200,00	24/06/2020 19:05:03:308

Uma proposta vencedora tão aquém tornará o contrato administrativo inexecutável. Aliás, sequer pode ser desvendado qual período/vigência foi

considerado pela empresa arrematante no momento da apresentação da proposta de preço.

Vejamos art. da Lei de Licitações sobre a questão:

Art. 48. **Serão desclassificadas:**

(...)

II - propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou **com preços manifestamente inexequíveis**, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação. (grifos nossos).

A descrição do objeto confusa e obscura acarreta em confusão para todo o andamento do procedimento e trará problemas também para o contrato administrativo.

Em vista de tais razões, a medida correta que se impõe é o saneamento dos vícios observados, com posterior republicação do edital, ou, alternativamente, a anulação do procedimento, pois estamos diante de procedimento atentatório aos princípios administrativos, mormente no que tange à competitividade e à publicidade certame e ao equilíbrio financeiro e econômico do contrato.

Acerca da suspensão da licitação por violações aos princípios regentes leciona Marçal Justen Filho, Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, p. 108:

A manutenção dos termos editalícios sem as devidas correções vai na via contrária ao verdadeiro propósito do certame licitatório: a competição, a eficiência, o interesse público, além de, no mínimo, ser pouco razoável.

O mesmo autor, esclarece, ainda, que “serão inválidas todas as cláusulas que prejudiquem o caráter competitivo da competição” (obra citada, p. 79).

Na mesma toada, é a Súmula do STF:

Súmula nº. 473: “A Administração pode anular os seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”

Ora, como já referido, é sabido que ato administrativo praticado em desacordo com o ordenamento jurídico é inválido. Porque sempre é inválido o ato que, ao nascer, afrontou as prescrições legais - carece de legalidade e se ressurte de defeitos jurídicos. Os atos inválidos são comumente chamados de nulos e afetam retroativamente (efeito *ex tunc*) o procedimento licitatório. Assim, a invalidação ou anulação de um ato inicial ou intermediário de um procedimento administrativo licitatório importa no desfazimento de todos os atos subsequentes.

Do mesmo modo que a anulação de uma licitação, implica na do contrato já eventualmente firmado, a nulificação de Edital, ainda em sua fase de publicidade, determina seu refazimento adequado à legalidade. O controle administrativo de qualquer comportamento (autotutela) da Administração Pública, seja ela direta ou indireta ocorre nesse mister espontânea ou proposital - comprovadas ilegalidades - a licitação deve ser fulminada com a declaração de sua anulação, por dever de assim agir da administração pública.

De mais a mais, importa destacar que tais impugnações não foram feitas anteriormente, pois, inicialmente, entendeu-se que a duração do contrato mencionada no objeto do contrato (5 anos) era a base para formulação do preço das propostas.

Dos pedidos

Ante ao exposto, requer-se:

- a) o recebimento do presente recurso e a suspensão da licitação até o seu julgamento;

- b) Declaração de inexecutabilidade das propostas que não consideram a realização do contrato por cinco anos.
- c) A anulação do certame tendo em vista a confusão criada por cláusulas divergentes quando a forma de disputa.

Nestes termos, pede deferimento.

São Paulo, 08 de julho de 2020.

13.098.174/0001-80

RUSSELL BEDFORD BRASIL

ALAMEDA SANTOS, 1165-SALA 321

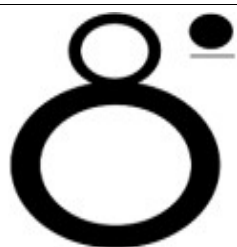
JARDIM PAULISTA, CEP 01.419-001

SÃO PAULO-SP



Roger Maciel de Oliveira
Diretor Presidente

RUSSELL BEDFORD BRASIL



8º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo

Oficial: Geraldo José Filiagi Cunha

Pça Pe Manuel da Nóbrega 21 - 5º And - Centro

Tel.: (XX11) 3107-0111 e 3777-8680 - Email: 8rtd@8rtd.com.br - Site: www.cdtsp.com.br

REGISTRO PARA FINS DE PUBLICIDADE E EFICÁCIA CONTRA TERCEIROS

Nº 47.349 de 13/01/2020

Certifico e dou fé que o documento eletrônico anexo, contendo **18 (dezoito) páginas**, foi apresentado em 13/01/2020, o qual foi protocolado sob nº 68.058, tendo sido registrado eletronicamente sob nº **47.349** e averbado no registro nº 36.739 de 27/06/2016 no Livro de Registro A deste 8º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo, na presente data.

Apresentante

MACIEL AUDITORES SS

Natureza:

NOVO CONTRATO SOCIAL ELETRÔNICO

Certifico, ainda, que consta no documento eletrônico registrado as seguintes assinaturas digitais:

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA:90238435091(Padrão: PADES(ADRB))
DANNIS PAVIA VILLALVA:28235820889(Padrão: PADES(ADRB))
SHAILA SANTOS DA SILVA:08387691798(Padrão: PADES(ADRB))
LUCIANO GOMES DOS SANTOS:57922691068(Padrão: PADES(ADRB))

São Paulo, 13 de janeiro de 2020

Assinado eletronicamente

Cristiano Assunção Duarte

Escrevente Substituto

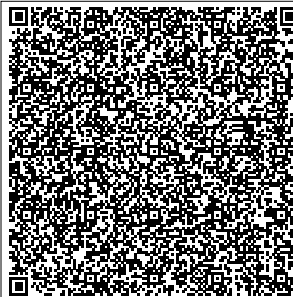
Este certificado é parte **integrante e inseparável** do registro do documento acima descrito.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça
R\$ 88,63	R\$ 25,19	R\$ 17,24	R\$ 4,66	R\$ 6,08
Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 4,25	R\$ 1,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 147,90



Para verificar o conteúdo integral do documento, acesse o site:
servicos.cdtsp.com.br/validarregistro
e informe a chave abaixo ou utilize um leitor de qr code.

00181757011053368



Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico:

https://selodigital.tjsp.jus.br

Selo Digital

1137534PJDA000001726FE201



13/01/2020

Protocolo nº 68.058 de 13/01/2020 às 15:52:16h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº 47.349 em 13/01/2020 e averbado no registro nº 36.739 de 27/06/2016 neste 8º **Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Cristiano Assunção Duarte - Escrevente Substituto.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 88,63	R\$ 25,19	R\$ 17,24	R\$ 4,66	R\$ 6,08	R\$ 4,25	R\$ 1,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 147,90



RUSSELL BEDFORD BRASIL
MACIEL AUDITORES S/S
17ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL
CNPJ 13.098.174/0001-80

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA, brasileiro, filho de Líbio Paz de Oliveira e Neuza Maciel de Oliveira, casado sob regime de separação total de bens, nascido em 14/06/1976, Contador com registro no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo, CRCRS071.505/O-3 T SP, portador da Cédula de Identidade RG nº 1056192246, SSP/RS, com inscrição no CPF nº 902.384.350-91, residente e domiciliado na Av. Paulista, 1009, Sala 1808, Bairro Bela Vista, na cidade de São Paulo/SP, CEP 01.311-100, e-mail: roger@macielauditores.com.br, **DENNIS PAVIA VILLALVA**, brasileiro, filho de Eurico Jose Melges Villalva e Iracema Pavia Villalva casado com comunhão parcial de bens, nascido em 11/01/1980, Contador com registro no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo, CRC 1SP246768/O-6, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.891.775/9, SSP/SP, com inscrição no CPF nº 282.358.208-89, residente e domiciliado na Tiquatira, 560, na cidade de São Paulo/SP, CEP 04.137-111, e-mail: dennis.villalva@macielauditores.com.br, **SHAILA SANTOS DA SILVA**, brasileira, filha de Luiz Ernani Oriente da Silva e Maria Conceição Santos da Silva, união estável, nascida em 23/09/1980, Contador com registro no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro, CRC RJ095.707/O-7, portador da Cédula de Identidade RG nº 11231043-8, IFP/RJ, com inscrição no CPF nº 083.876.917-98, residente e domiciliado na Rua Professor Everardo Backeuser, 115, apartamento 302, Bairro Méier, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.725-240, e-mail: shaila.silva@macielauditores.com.br, e **LUCIANO GOMES DOS SANTOS**, brasileiro, filho de Manuel Joaquim dos Santos Junior e Maria Teresa Gomes dos Santos, solteiro, nascido em 08/07/1972, Contador com registro no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio Grande do Sul, CRC/RS nº 59.628/O-2, portador da Cédula de Identidade RG nº 1045048863, SSP/RS, com inscrição no CPF nº 579.226.910-68, residente e domiciliado na Av. Bastian, nº 366, Bairro Menino Deus, na cidade de Porto Alegre/RS, CEP 90.130-020, e-mail: luciano.gomes@macielauditores.com.br, únicos sócios da Sociedade Simples **"MACIEL AUDITORES S/S"**, nome fantasia **RUSSELL BEDFORD BRASIL**, com inscrição no 8º Registro Civil de Pessoas Jurídicas de São Paulo, RCPJ/SP, sob microfilme nº 36.739, de 27/06/2016 e alterações posteriores, com sede na Alameda Santos, nº 1165, Jardim Paulista, São Paulo/SP, CEP 01419-002, resolvem de comum acordo promover a presente **ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL** mediante as seguintes cláusulas:

DAS ALTERAÇÕES

Cláusula primeira – DA ALTERAÇÃO DA RAZÃO SOCIAL DO NOME FANTASIA

A razão social passa a ser **RUSSELL BEDFORD BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES S/S.**

Cláusula segunda – DA ALTERAÇÃO DO NOME FANTASIA

É extinto o nome fantasia.

RUSSELL BEDFORD BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL
CNPJ 13.098.174/0001-80

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA, brasileiro, filho de Líbio Paz de Oliveira e Neuza Maciel de Oliveira, casado sob regime de separação total de bens, nascido em 14/06/1976, Contador com registro no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo, CRCRS071.505/O-3 T SP, portador da Cédula de Identidade RG nº 1056192246, SSP/RS, com inscrição no CPF nº 902.384.350-91, residente e domiciliado na Av. Paulista, 1009, Sala 1808, Bairro Bela Vista, na cidade de São Paulo/SP, CEP 01.311-100, e-mail: roger@macielauditores.com.br, **DENNIS PAVIA VILLALVA**, brasileiro, filho de Eurico Jose Melges Villalva e Iracema Pavia Villalva casado com comunhão parcial de bens, nascido em 11/01/1980, Contador com registro no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo, CRC 1SP246768/O-6, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.891.775/9, SSP/SP, com inscrição no CPF nº 282.358.208-89, residente e domiciliado na Tiquatira, 560, na cidade de São Paulo/SP, CEP 04.137-111, e-mail: dennis.villalva@macielauditores.com.br, **SHAILA SANTOS DA SILVA**, brasileira, filha de Luiz Ernani Oriente da Silva e Maria Conceição Santos da Silva, união estável, nascida em 23/09/1980, Contador com registro no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro, CRC RJ095.707/O-7, portador da Cédula de Identidade RG nº 11231043-8, IFP/RJ, com inscrição no CPF nº 083.876.917-98, residente e domiciliado na Rua Professor Everardo Backeuser, 115, apartamento 302, Bairro Méier, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.725-240, e-mail: shaila.silva@macielauditores.com.br, e **LUCIANO GOMES DOS SANTOS**, brasileiro, filho de Manuel Joaquim dos Santos Junior e Maria Teresa Gomes dos Santos, solteiro, nascido em 08/07/1972, Contador com registro no



1

ao interesse social ou assumir obrigações, seja em favor de quaisquer dos cotistas ou de terceiros, bem como, onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos outros sócios.

Parágrafo Primeiro: Todos os sócios, poderão exercer os seguintes atos de administração:

- I) Assinar proposta comerciais ou contratos para prestação de serviços;
- II) Assinar declarações, autorizações, propostas, procurações e quaisquer outros tipos de documentos, com a finalidade exclusiva, para participação da empresa em processos licitatórios.
- III) Representar a sociedade ativa ou passivamente em ações judiciais.
- IV) Representar a empresa em reuniões, audiências públicas, ou quaisquer outros atos que exijam a presença física de um representante.

Parágrafo Segundo: É vedado aos sócios, com exceção do sócio Roger Maciel de Oliveira, outorgarem procurações com a finalidade de: a) alienação de bens ou celebração de negócios jurídicos que envolvam a assunção de trabalhos ou dívidas relevantes; b) operações bancárias e/ou financeiras ou que importem em assunção ou outorga de garantia real bancária e/ou financeira; Esta vedada também a outorga de subestabelecimentos para a prática das finalidades descritas.

Cláusula Oitava – DO PRÓ- LABORE

Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de “pró-labore”, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula Nona – DO BALANÇO PATRIMONIAL E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas da sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultados econômicos; cabendo aos sócios, na proporção de suas cotas, os lucros ou perdas apurados.

Cláusula Décima – DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

A sociedade responsabilizar-se-á pela reparação de dano que causar a terceiros, por culpa ou dolo, no exercício da atividade profissional e que os sócios responderão solidariamente e ilimitadamente pelas obrigações sociais, depois de esgotados os bens da sociedade.

Parágrafo único: Todos os sócios qualificados no preâmbulo, contadores legalmente registrados no respectivo Conselho profissional, se responsabilizarão tecnicamente pelos serviços de Auditoria e pelos serviços de contabilidade de acordo com os objetivos sociais da sociedade, previstos no Art. 25 do Decreto-Lei 9.295/46 .

Cláusula DécimaPrimeira – DAS DELIBERAÇÕES E DISPOSIÇÕES GERAIS

Nos quatro primeiros meses seguintes do exercício social, os sócios em comum acordo marcarão uma data para reunião onde deliberarão sobre as quotas e designarão administradores quando for o caso. A convocação desta reunião será feita através de comunicado interno, assinado pelos sócios, onde constarão local, dia e hora da mesma, bem como os assuntos tratados nesta reunião será lavrada uma ata em duas vias, sendo a primeira via encaminhada para o Registro Civil de Pessoas Jurídicas, e a segunda via com o protocolo deste, será arquivada na sede da empresa, ficando assim dispensada da lavratura do livro de atas.

Cláusula Décima Segunda–DO FALECIMENTO OU INCAPACIDADE SUPERVENIENTE

Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os demais sócios, não encerrando as suas atividades, apurando os averes do sócio falecido ou interditado, indenizando os herdeiros ou responsáveis, retornando as suas cotas para tesouraria da sociedade.

Cláusula Décima Terceira – DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

A pessoa jurídica estará extinta com a dissolução por meio do consenso unânime dos sócios ou através de deliberação por maioria absoluta de votos, como dispõe o artigo 1.033, II e III do Código Civil de 2.002. Ocorrida à dissolução da sociedade, cumpre aos administradores nomear um liquidante, no tocante ao que se refere o artigo 1.036 do Código Civil de 2.002.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S/S tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S/S a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **19/06/2020 14:18:27 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S/S** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 57081401200912040261-1 57081401200912040261-5

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b6d917e924374803d48079bab18d678da88f7972f00634476e35ccef1c02b00a32ccc8fed78ec8c6ee4f9e1abe60ad82936165c62f7b7df72863d470d73302627



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.

